



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA
DEPARTAMENTO DE GESTÃO PÚBLICA



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

COSMO JOSÉ DE CAMPOS JÚNIOR
NILZA MARIA SINFRÔNIO TEIXEIRA
ROGÉRIO JOSÉ RIBEIRO

**FEIRAS LIVRES COMO ESPAÇOS DE INCLUSÃO, RESISTÊNCIA E GERAÇÃO
DE RENDA: UM OLHAR SOBRE SANTANA DE PIRAPAMA, TIMÓTEO E TRÊS
MARIAS NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

OURO PRETO
2025

COSMO JOSÉ DE CAMPOS JÚNIOR
NILZA MARIA SINFRÔNIO TEIXEIRA
ROGÉRIO JOSÉ RIBEIRO

**FEIRAS LIVRES COMO ESPAÇOS DE INCLUSÃO, RESISTÊNCIA E GERAÇÃO
DE RENDA: UM OLHAR SOBRE SANTANA DE PIRAPAMA, TIMÓTEO E TRÊS
MARIAS NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Monografia apresentada ao curso de
Administração Pública da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito obrigatório para
obtenção do título de Bacharel em
Administração Pública.

Orientador: Prof. Dr. Getúlio Alves de Souza
Matos

Ouro Preto
2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C198f Campos Junior, Cosmo Jose De.

Feiras livres como espaços de inclusão, resistência e geração de renda [manuscrito]: um olhar sobre Santana de Pirapama, Timóteo e Três Marias na perspectiva da economia solidária. / Cosmo Jose De Campos Junior. Nilza Maria Sinfrônio Teixeira. Rogério José Ribeiro. - 2025.
32 f.: il.: color.. (Série: não possui)

Orientador: Prof. Dr. Getúlio Alves de Souza Matos.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Centro de Educação Aberta e a Distância. Graduação em Administração Pública .

ISBN: não possui.

ISSN: não possui.

1. Administração pública - Santana do Pirapama (MG). 2. Administração pública - Timóteo (MG). 3. Administração pública - Três Marias (MG). 4. Agricultura familiar. 5. Feiras livres. 6. Desenvolvimento econômico. 7. Economia ambiental. 8. Economia social. I. Ribeiro, Rogério José. II. Teixeira, Nilza Maria Sinfrônio. III. Matos, Getúlio Alves de Souza. IV. Universidade Federal de Ouro Preto. V. Título. CDU 352(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Cosmo José de Campos Júnior

Nilza Maria Sinfrônio Teixeira

Rogério José Ribeiro

Feiras livres como espaços de inclusão, resistência e geração de renda: um olhar sobre Santana de Pirapama, Timóteo e Três Marias na perspectiva da economia solidária

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública, modalidade a distância, da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração Pública

Aprovada em 09 de julho de 2025

Membros da banca

Prof. Dr. Getúlio Alves de Souza Matos - Orientador - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Prof. Ms. Henrique Eustáquio de Sousa - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Prof. Dr. Lelis Maia de Brito - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Getúlio Alves de Souza Matos, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 09/07/2025



Documento assinado eletronicamente por **Getúlio Alves de Souza Matos, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/07/2025, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0943647** e o código CRC **0E68B02B**.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as feiras livres nos municípios de Santana de Pirapama, Timóteo e Três Marias, em Minas Gerais, sob a perspectiva da economia solidária. A pesquisa busca compreender como esses espaços contribuem para a geração de renda, a inclusão produtiva e o fortalecimento da agricultura familiar, além de investigar o papel da administração pública na promoção, manutenção e expansão das feiras como política pública local.

Palavras-chave: Administração pública; Feiras livres; Agricultura familiar; Desenvolvimento local; Economia Solidária e Economia Circular.

ABSTRACT

This study aims to analyze open-air markets in the municipalities of Santana de Pirapama, Timóteo, and Três Marias, in Minas Gerais, from the perspective of solidarity economics. The research seeks to understand how these spaces contribute to income generation, productive inclusion, and the strengthening of family farming, while also examining the role of public administration in promoting, maintaining, and expanding these markets as a local public policy.

Keywords: Public administration; Open-air markets; Family farming; Local development; Solidarity economics and Circular economy.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. REFERENCIAL TEÓRICO	09
3. METODOLOGIA	15
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
6. REFERÊNCIAS.....	30

1. INTRODUÇÃO

As feiras livres de economia circular e solidária, têm ganhado destaque como estratégias de fortalecimento da economia local e redução das desigualdades sociais, especialmente em regiões onde a agricultura familiar, o pequeno comércio e os saberes tradicionais são fundamentais para a subsistência das comunidades. Em um contexto de crescente precarização do trabalho e exclusão socioeconômica, esses espaços surgem como alternativas viáveis para geração de renda, inclusão produtiva e dinamização dos circuitos curtos de comercialização (SINGER, 2002).

Além disso, transcendem sua função econômica, constituindo-se como ambientes de sociabilidade, troca de conhecimentos, valorização cultural e promoção da sustentabilidade (FRANÇA, 2008). As feiras livres são iniciativas comuns nos mais diversos municípios do Estado, sendo que a responsabilidade de funcionamento recai diretamente sobre a prefeitura municipal, e o objetivo delas é proporcionar oportunidades de mercado com retorno rápido e de fácil acesso aos agricultores familiares, bem como a oferta de alimentos à população produzidos no município.

O processo de instalação de uma feira livre da agricultura familiar inicia-se pelo interesse dos produtores organizados, a partir de uma demanda dos consumidores. Assim sendo, é imprescindível a parceria e o apoio da Administração Municipal e demais órgãos como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER-MG, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, entre outros.

No Brasil, as feiras de economia solidária vêm sendo impulsionadas por políticas públicas e iniciativas comunitárias, mas ainda enfrentam desafios estruturais, como a falta de apoio governamental em questões de infraestrutura e logística (GAIGER, 2004). Diante desse cenário, este Trabalho tem como objetivo geral analisar os impactos socioeconômicos das feiras de economia solidária e circular em três municípios mineiros: Santana de Pirapama, Timóteo e Três Marias. Como objetivos específicos, busca-se realizar um levantamento bibliográfico sobre os temas centrais da pesquisa; coletar dados empíricos referentes às feiras livres realizadas nestes municípios, com vistas à análise comparativa de suas dinâmicas socioeconômicas; e analisar os impactos socioeconômicos das feiras de economia solidária nestas cidades, com foco na geração de renda e na melhoria da qualidade de vida dos feirantes.

A pesquisa justifica-se pela relevância socioeconômica desses espaços, que funcionam como mecanismos de resistência à exclusão e como alternativas concretas de

desenvolvimento local (ABRAMOVAY, 2003). Além disso, busca preencher uma lacuna nos estudos sobre a atuação da Administração Pública no apoio a tais iniciativas, especialmente em municípios de pequeno e médio porte, dado o seu potencial como instrumentos de sustentabilidade ambiental e preservação cultural, que se alinha diretamente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Ao analisar comparativamente três municípios mineiros, com realidades distintas - Três Marias, Timóteo e Santana de Pirapama -, o estudo oferece contribuições acadêmicas inovadoras sobre economia solidária em contextos urbanos e rurais, além de subsídios práticos para a formulação de políticas públicas mais eficientes que beneficiem diretamente as comunidades locais, superando a atual lacuna de apoio governamental a esses espaços fundamentais para a subsistência de muitas famílias.

Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo.

A estrutura deste trabalho está organizada em cinco seções, além desta introdução. O referencial teórico aborda os conceitos de economia solidária, economia circular e gestão pública participativa. Em seguida, a metodologia detalha os procedimentos da pesquisa. Os resultados e discussão apresentam as evidências coletadas, enquanto as considerações finais sintetizam as contribuições do estudo e sugerem direcionamentos para políticas públicas. Por fim, as referências seguem as normas da ABNT, garantindo a adequação acadêmica do trabalho.

Ao final, espera-se que esta pesquisa contribua tanto para o debate acadêmico sobre economia solidária e circular e a gestão pública quanto para a formulação de políticas mais eficazes e adaptadas às realidades locais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Este referencial teórico está estruturado em três subtópicos. O primeiro se refere à Economia circular e solidária. Adiante, aborda-se, de maneira mais específica, a agricultura familiar e, na sequência, a importância das feiras livres, tanto para a agricultura familiar quanto para o desenvolvimento local.

2.1. Economia circular e solidária

A economia solidária configura-se como uma proposta de reorganização das relações

produtivas baseada nos princípios de cooperação e reciprocidade. Conforme Oliveira (2018, p. 11),

“a economia solidária emerge como um movimento que é ideologicamente vinculado à ideia de classe trabalhadora, de movimento dos trabalhadores, tendo como principal origem as experiências na Inglaterra em meados do século XIX para enfrentar a primeira crise do sistema capitalista, principalmente quanto ao desemprego (OLIVEIRA, 2018, p. 11).”

Essa perspectiva econômica alternativa, busca construir espaços de produção e consumo que valorizem o trabalho coletivo, a gestão democrática e a justiça social, contrastando com a racionalidade individualista do mercado capitalista. O modelo da economia solidária apresenta-se como contraponto à acumulação privada e à precarização do trabalho. Nas palavras do autor:

[...] é um movimento que visa produzir, distribuir e comercializar produtos que gerem trabalho, renda e inclusão social, de forma a ser diferente da cultura capitalista, que visa o lucro só para alguns e concentra a realização do acúmulo do capital através da exploração da força de trabalho" (OLIVEIRA, 2018, p. 11).

As feiras livres populares e solidárias representam concretizações significativas dos princípios da economia solidária, demonstrando na prática a viabilidade de relações econômicas mais justas e inclusivas. Esses espaços não apenas garantem o acesso a alimentos e produtos a preços acessíveis, mas também fortalecem circuitos curtos de comercialização que beneficiam tanto produtores quanto consumidores. Ao fomentar o comércio baseado na confiança e na reciprocidade, as feiras solidárias constituem importantes alternativas ao modelo convencional de distribuição de mercadorias, promovendo a soberania alimentar e o desenvolvimento local sustentável.

A economia solidária, materializada nessas feiras, aponta para a possibilidade de construção de um paradigma econômico alternativo, centrado no bem-estar coletivo e na valorização do trabalho. Mais do que espaços de trocas mercantis, essas feiras transformam-se em ambientes de sociabilidade e resistência cultural, onde se reforçam laços comunitários e se experimentam novas formas de organização produtiva. Seu crescimento e consolidação sugerem o potencial transformador da economia solidária como instrumento de inclusão social e de enfrentamento às desigualdades estruturais do sistema capitalista.

Já a economia circular surge como um modelo alternativo ao sistema linear tradicional, propondo uma reestruturação dos processos produtivos por meio da otimização de recursos e do reaproveitamento de materiais. Como destaca Leontief (2007, p.83),

"Conceitualmente a definição do processo circular é apresentada como uma cadeia de relações de produção dentro de um sistema de processo circular, que trabalhe direta ou indiretamente a existência independente e simultânea de todos os outros elementos constituídos nos vários grupos reproduzíveis e independentemente aos

sistemas de reprodução" (LEONTIEF, 2007, p.123).

Essa abordagem enfatiza a interdependência entre os diferentes elos da cadeia produtiva, em que resíduos de um processo tornam-se insumos para outro, minimizando desperdícios e promovendo a sustentabilidade. Diferentemente da economia linear – baseada na extração, produção, consumo e descarte –, o modelo circular busca fechar ciclos de materiais e energia, alinhando crescimento econômico à preservação ambiental. Sua aplicação demanda inovação tecnológica, cooperação entre setores e políticas públicas que incentivem práticas regenerativas, demonstrando que é possível conciliar desenvolvimento econômico com responsabilidade ecológica.

A economia solidária e a economia circular emergem como alternativas ao modelo econômico tradicional, cada qual com sua especificidade. A primeira se fundamenta nos princípios de cooperação, autogestão e justiça social, privilegiando o bem-estar coletivo em detrimento do lucro individual, materializando-se em iniciativas como cooperativas e feiras solidárias (OLIVEIRA, 2018). Já a economia circular foca na sustentabilidade ambiental, promovendo um sistema produtivo que minimiza resíduos através da reutilização e regeneração de materiais, buscando dissociar crescimento econômico de consumo predatório de recursos (LEONTIEF, 2007). Embora distintas - uma enfatizando relações comunitárias e outra eficiência técnica -, ambas compartilham o propósito de superar as limitações do capitalismo convencional, seja através de circuitos curtos de comercialização, seja por meio de inovações em logística reversa.

Esses modelos, apesar de suas diferenças conceituais, revelam significativas possibilidades de complementaridade. Cooperativas de catadores exemplificam essa convergência, unindo organização coletiva típica da economia solidária com práticas de reciclagem características da circularidade. Da mesma forma, feiras solidárias que comercializam produtos duráveis incorporam princípios de ambos os sistemas. Tal sinergia demonstra que, embora a economia solidária priorize a justiça social e a circular a eficiência ecológica, juntas elas oferecem respostas integradas aos desafios contemporâneos, apontando para sistemas econômicos mais sustentáveis e equitativos que harmonizam desenvolvimento humano e preservação ambiental.

2.2. A agricultura familiar

A agricultura familiar representa um dos pilares fundamentais da produção agrícola no Brasil, desempenhando um papel crucial na segurança alimentar, na geração de emprego

no campo e na preservação dos saberes tradicionais. Conforme definição do INCRA/FAO (1996, p. 4),

[...] a agricultura familiar é caracterizada a partir de três aspectos centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO 1996, p. 4).

Essa forma de organização produtiva diferencia-se radicalmente do agronegócio em larga escala, pois está intrinsecamente vinculada à reprodução social das famílias no meio rural. A gestão familiar da produção assegura não apenas a continuidade das atividades agrícolas através das gerações, mas também promove um uso mais sustentável dos recursos naturais, já que as propriedades tendem a adotar práticas agroecológicas em menor escala.

Além disso, a agricultura familiar possui profunda relação com a cultura e a identidade das comunidades rurais, sendo responsável pela produção da maior parte dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira. Sua importância foi reconhecida através de políticas públicas específicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que visa oferecer crédito e assistência técnica a esses produtores. Contudo, apesar de sua relevância econômica e social, os agricultores familiares ainda enfrentam desafios como o acesso à terra, a competição com o agronegócio e as mudanças climáticas, exigindo maior apoio para sua manutenção e desenvolvimento.

A agricultura familiar e as feiras livres mantêm uma relação estruturante que beneficia tanto produtores rurais quanto consumidores urbanos. As características da agricultura familiar encontram nas feiras livres um espaço justo de comercialização, onde os pequenos produtores podem vender seus alimentos diretamente aos consumidores, sem a intermediação de grandes redes de distribuição.

A conexão direta entre produção e consumo estabelecida pelas feiras livres gera benefícios mútuos e amplos impactos sociais. Como destacam Carvalho et al. (p. 228),

"As feiras dos produtores rurais contribuem, expressivamente, para preservar a autonomia dos produtores, aumentos de rendas, diminuição do êxodo rural, desenvolvimento da agricultura local de forma sustentável, aumenta o valor agregado dos produtos e diminui o poder de barganha dos supermercados, mercearias, restaurantes entre outros" (CARVALHO *et al.*, p. 228).

Por um lado, os agricultores familiares obtêm maior retorno financeiro pela eliminação de intermediários, fortalecendo sua sustentabilidade econômica. Por outro, os consumidores urbanos têm acesso a alimentos mais frescos, sazonais e frequentemente produzidos com menor impacto ambiental. Além dos aspectos econômicos, essa relação preserva saberes tradicionais de cultivo e variedades alimentares, mantendo viva a

biodiversidade agrícola. As feiras da agricultura familiar, cada vez mais presentes nas cidades brasileiras, materializam essa integração harmônica entre campo e cidade, criando redes de cooperação que valorizam tanto a qualidade dos alimentos quanto os laços comunitários.

2.3.A importância das feiras livres para a agricultura familiar e o desenvolvimento local

As feiras livres emergem como um dos canais de comercialização mais estratégicos para a agricultura familiar, desempenhando um papel fundamental na geração de renda, na preservação de saberes tradicionais e no fortalecimento dos laços comunitários. Conforme destacado, "as feiras dos produtores rurais contribuem, expressivamente, para preservar a autonomia dos produtores, aumentos de rendas, diminuição do êxodo rural, desenvolvimento da agricultura local de forma sustentável" (CARVALHO; GROSSI, 2019, p. 3). Essa conexão direta entre produtores e consumidores elimina intermediários, garantindo maior retorno financeiro aos agricultores e acesso a alimentos frescos e a preços acessíveis à população urbana.

Como descrevem Ribeiro et al. (2013),

“[...] a feira livre é uma das instituições mais sólidas de Minas Gerais, principalmente no norte, nordeste e noroeste do estado (RIBEIRO *et al.*, 2013, p.7)”.

Essa solidez se manifesta não apenas na dimensão econômica, mas também cultural, pois as feiras representam espaços vivos de trocas materiais e simbólicas. Nas palavras dos autores,

"Feiras fazem parte da economia e da cultura dessas regiões: abastecem cidades pequenas e distantes das rotas de distribuição de alimentos, escoam a produção dos lavradores e aquecem o comércio urbano (RIBEIRO *et al.*, 2013, p.7)".

Além dos benefícios econômicos, as feiras livres fortalecem a segurança e a soberania alimentar, pois os consumidores têm conhecimento sobre a origem e os métodos de produção dos alimentos, muitas vezes cultivados com menor uso de agroquímicos. O artigo ressalta que essas feiras são espaços de "troca de saberes" e de "conservação das relações socioculturais" (CARVALHO; GROSSI, 2019, p. 7), reforçando a identidade local e promovendo o desenvolvimento sustentável.

A riqueza cultural das feiras mineiras é particularmente notável, como observa Ribeiro *et al.* (2013):

"Nas madrugadas de sábado os agricultores levam à feira suas verduras e frutas de estação - que parecem ser milagres renovados ao longo do tempo da seca -, as variedades de farinhas, gomas e rapaduras [...] lá sempre estão as cozinheiras, as doceiras e o homem da cobra (RIBEIRO *et al.*, 2013, p.7)".

Essa descrição vívida ilustra como as feiras transcendem sua função comercial para se tornarem espaços de preservação de tradições e saberes locais.

A importância das feiras livres se estende também à valorização dos produtos regionais e ao estímulo à diversificação da produção agrícola. Como aponta o estudo, "a agricultura familiar tem como objetivo em seu sistema de produção a diversificação de cultura que permite aos produtores a obtenção de alimentos e renda os doze meses do ano" (CARVALHO; GROSSI, 2019, p. 1). Nas feiras, essa diversidade se manifesta na oferta de produtos in natura e processados, como doces, queijos e artesanatos, que agregam valor à produção familiar e atendem às diferentes demandas dos consumidores.

As feiras livres desempenham um papel fundamental no cenário urbano e rural brasileiro, especialmente em cidades de pequeno e médio porte. Como destaca SENA (2022, p. 16):

"As feiras livres têm papel relevante, principalmente nas cidades de pequeno e médio porte, por aliar abastecimento urbano de gêneros alimentícios de primeira necessidade ao estímulo a uma produção agroalimentar geograficamente mais próxima e possibilitar a circulação de mercadorias em locais com menor fluxo de dinheiro. (SENA, 2022, p. 16)"

Essa dupla função - de abastecer a população urbana enquanto fortalece a produção local - transforma as feiras em espaços vitais para a economia circular e comunitária, promovendo o desenvolvimento regional sustentável e garantindo acesso a alimentos frescos e a preços acessíveis.

As feiras livres municipais são espaços de grande relevância cultural e socioeconômica, preservando tradições que remetem à organização das comunidades ao longo da história. Segundo Silva (2018), esses locais configuram-se como importantes territórios de sociabilidade, nos quais produtores locais, comerciantes e consumidores se encontram, estabelecendo uma rede de trocas que vai além de bens materiais, envolvendo também experiências, saberes e práticas culturais. Além de ofertarem produtos frescos e muitas vezes de origem artesanal, as feiras livres valorizam a identidade cultural local, reunindo sabores, aromas e expressões que refletem a diversidade de uma região (SOUZA; LIMA, 2020).

Do ponto de vista socioeconômico, as feiras livres desempenham um papel fundamental na geração de renda e no fortalecimento da economia local. Conforme apontam Santos e Pereira (2019), elas oferecem oportunidades para pequenos produtores e

comerciantes alcançarem diretamente seus consumidores, eliminando intermediários e promovendo preços mais acessíveis. Além disso, as feiras incentivam a economia solidária e fomentam o empreendedorismo, aspectos destacados por Oliveira (2021), ao contribuírem para a sustentabilidade, por meio da promoção do consumo consciente e do acesso a produtos de menor impacto ambiental. Nesse sentido, as feiras livres cumprem um papel estratégico na articulação entre campo e cidade, além de se configurarem como espaços democráticos, acessíveis a todas as classes sociais (FERREIRA; COSTA, 2022).

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada nos municípios de Três Marias, Timóteo e Santana de Pirapama, Minas Gerais, com o objetivo de compreender, a partir de uma abordagem qualitativa, os impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais das feiras locais (Feirinha de Três Marias, Feira de Timóteo e Feira de Santana de Pirapama), e de examinar a atuação do poder público municipal no fortalecimento da economia solidária e da agricultura familiar. Com natureza exploratória e descritiva, a pesquisa adota como método o estudo de caso múltiplo, por permitir uma análise comparativa e aprofundada de experiências concretas de organização comunitária e comercial, situadas em territórios específicos.

Durante as observações, notou-se a organização espontânea dos feirantes, a importância da feira para o escoamento da produção local, bem como a presença de ações educativas e ambientais, como oficinas de compostagem e o uso de sacolas reutilizáveis. A feira também funciona como ponto de integração comunitária, sendo frequentada por moradores de diferentes bairros e perfis sociais.

Este estudo utilizou a abordagem de estudo de caso múltiplo, com o objetivo de analisar as dinâmicas culturais, sociais e econômicas de três feiras livres realizadas nos municípios de Três Marias, Timóteo e Santana de Pirapama, situados no estado de Minas Gerais. A escolha dessas localidades baseou-se em critérios como diversidade regional, porte populacional e características socioeconômicas distintas, visando garantir uma análise comparativa mais ampla e representativa.

A etapa de trabalho de campo foi realizada no mês de maio de 2025 e envolveu a aplicação da técnica de observação participante. Essa abordagem metodológica possibilitou ao pesquisador acompanhar in loco o funcionamento das feiras, observar as interações sociais entre feirantes, consumidores e representantes do poder público, além de registrar aspectos relacionados à infraestrutura, organização e oferta de produtos. Durante as visitas, foram produzidos registros em diário de campo, fotografias e realizadas conversas informais com os participantes, de modo a captar percepções, práticas e significados atribuídos ao espaço da feira pelos diferentes atores envolvidos.

A análise dos dados seguiu uma abordagem qualitativa, com a sistematização e interpretação das informações coletadas a partir da comparação entre os três contextos investigados. Esse processo permitiu identificar tanto as especificidades de cada município quanto os elementos comuns que caracterizam as feiras livres como espaços de expressão cultural, geração de renda e fortalecimento da economia local.

3.1. Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada de forma sistemática entre os meses de abril e junho de 2025, com foco nos municípios de Três Marias, Timóteo e Santana de Pirapama, em Minas Gerais. A abordagem metodológica utilizada foi de natureza qualitativa, com o objetivo de compreender a realidade das feiras livres nestes três municípios - a Feirinha de Três Marias, a Feira do Produtor de Timóteo e a Feira Rural de Santana de Pirapama - por meio da escuta ativa de seus protagonistas e da observação direta de seu funcionamento. A coleta envolveu três instrumentos principais em cada localidade: análise documental da legislação pertinente, observação participante, e diálogos com feirantes e servidores públicos relacionados.

Os diálogos aconteceram, com feirantes e servidores de diferentes repartições relacionadas à realização das feiras. Foram abordados temas como a origem da feira, as formas de produção agrícola, os impactos econômicos percebidos pelos feirantes, os desafios enfrentados para a manutenção da atividade, o papel da prefeitura e de outros órgãos no apoio técnico e estrutural, além das expectativas futuras para o setor.

As conversas foram conduzidas com diferentes atores, selecionados de modo a abranger a diversidade de perspectivas sobre as feiras. Foram ouvidos feirantes com variados tempos de atuação e tipos de produtos comercializados, o que permitiu identificar desafios como questões estruturais e a relação com o poder público. Gestores municipais também participaram, contribuindo para a análise das políticas públicas voltadas às feiras, enquanto lideranças comunitárias, incluindo membros de associações que nelas atuam, compartilharam suas percepções sobre organização e impactos locais. Essa abordagem metodológica possibilitou não apenas reconstituir o histórico das feiras e seu papel no desenvolvimento local, mas também revelar desafios como a infraestrutura precária e o apoio insuficiente do poder público. Além disso, evidenciou como esses espaços se consolidaram como locais de resistência e inovação, onde práticas de economia solidária e circular se entrelaçam com a tradição, fortalecendo vínculos comunitários e fomentando um desenvolvimento inclusivo e sustentável. Os resultados oferecem subsídios relevantes tanto para o meio acadêmico, ao aprofundar discussões sobre economia solidária em contextos urbanos e rurais, quanto para gestores públicos, ao sugerir diretrizes para políticas mais eficazes de apoio a essas iniciativas.

3.2. Instrumentos e Análise de Dados

A pesquisa de campo, etapa fundamental do estudo, foi desenvolvida por meio de observação participante e conversas com os feirantes, profissionais da administração pública e membros de órgãos públicos. As visitas às feiras ocorreram sistematicamente às terças-feiras, quintas-feiras, sextas-feiras, sábados e domingos, permitindo o registro detalhado de aspectos como a dinâmica de comercialização, o perfil dos feirantes e consumidores, as condições de infraestrutura e as atividades culturais realizadas no local. A observação direta possibilitou captar nuances do cotidiano da feira que não seriam perceptíveis apenas por meio de documentos ou relatos.

As conversas foram conduzidas com diferentes pessoas, selecionadas de forma a abranger a diversidade de perspectivas sobre as feiras. Foram ouvidos vários feirantes, escolhidos considerando seu tempo de atuação e a variedade de produtos comercializados, o que permitiu compreender os desafios enfrentados por esses trabalhadores, desde questões estruturais até a relação com o poder público. Além disso, houve conversas com gestores

municipais, para avaliar as políticas públicas direcionadas à feira. Lideranças comunitárias, bem como membros de associações comunitárias que comercializam nas feiras, também contribuíram com suas visões sobre a organização e os impactos das feiras nas comunidades. Esta metodologia permitiu não apenas reconstituir o histórico das feiras, o papel no desenvolvimento local, mas também identificar os principais desafios enfrentados pelos feirantes, como a falta de infraestrutura adequada e o limitado apoio do poder público. Além disso, evidenciou como a feira se tornou um espaço de resistência e inovação, onde práticas de economia solidária e circular convivem com a tradição, fortalecendo a comunidade e promovendo um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável. Os resultados obtidos oferecem subsídios valiosos tanto para a academia, ao ampliar o debate sobre economia solidária e circular no contexto urbano e rural, quanto para os gestores públicos, ao apontar caminhos para políticas mais efetivas de apoio a essas iniciativas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados da pesquisa serão apresentados em quatro subseções. As três primeiras correspondem, cada uma, a uma das feiras em análise. Por fim, será realizada uma análise comparativa entre as três.

4.1. A Feirinha de Três Marias: Sustentabilidade e Desafios da Agricultura Familiar

A feirinha de Três Marias reúne pequenos agricultores que comercializam produtos frescos e artesanais, como hortaliças, frutas sazonais, queijos, doces caseiros e mel, todos cultivados de forma orgânica e sustentável. A organização do evento segue critérios estabelecidos pela Lei Ordinária nº 972/1989, que prioriza agricultores familiares cadastrados em programas de incentivo, garantindo inclusão e justiça no uso do espaço.

Apesar de seu sucesso na geração de renda e valorização da produção local, a feirinha enfrenta obstáculos significativos. A infraestrutura ainda é precária, com bancadas inadequadas, falta de cobertura resistente e ausência de pontos de água potável, o que prejudica tanto a conservação dos alimentos quanto a experiência dos consumidores. Além disso, o transporte dos produtos é um problema crítico, especialmente para agricultores de

zonas rurais distantes, que não contam com logística subsidiada. A concorrência com grandes redes de supermercados também pressiona os pequenos produtores, que, embora ofereçam produtos mais frescos e de melhor qualidade, lutam contra preços mais baixos e a conveniência dos estabelecimentos comerciais. Outro desafio é a falta de divulgação eficiente, que limita o alcance da feira, principalmente em dias de menor movimento, como as quartas-feiras.

A feirinha é um modelo de economia circular, promovendo a compostagem de resíduos orgânicos e incentivando o uso de embalagens biodegradáveis por meio do programa "Desperdício Zero". Além disso, sua integração com a alimentação escolar, conforme a Lei Federal nº 11.947/2009, reforça seu impacto social e econômico, ao fornecer alimentos saudáveis para estudantes e fortalecer a agricultura familiar.

Para ampliar seu potencial, são necessárias ações como melhorias na infraestrutura, com investimentos em barracas padronizadas, coberturas e áreas de apoio logístico. Incentivos ao transporte, como a criação de um sistema coletivo para facilitar o deslocamento dos produtores, também foram fundamentais. Campanhas de marketing, em parceria com escolas e empresas locais, poderiam aumentar a visibilidade do evento, enquanto capacitações empreendedoras, com cursos que ensinam técnicas de gestão e vendas aos agricultores, fortalecem seus negócios.

A feirinha de Três Marias vai além do comércio: é um símbolo de sustentabilidade e valorização da cultura local. Para que seu impacto cresça, é imprescindível o apoio contínuo do poder público, de instituições e da comunidade. Dessa forma, o projeto poderá consolidar-se como um exemplo de desenvolvimento sustentável, beneficiando tanto a economia quanto o meio ambiente.

A inserção da feira no contexto da alimentação escolar, por meio da Lei Federal nº 11.947/2009, também evidencia seu impacto na economia local e na promoção de hábitos alimentares saudáveis. Produtos adquiridos diretamente dos agricultores abastecem escolas municipais, beneficiando estudantes e fortalecendo a economia rural.

Apresentam-se, a seguir, as Figuras 1, 2 e 3, as quais retratam aspectos do cotidiano da Feirinha de Três Marias.

Figura 1 – Feirinha de Três Marias/MG



Fonte: Acervo Pessoal (2025)

Figura 2 – Feirinha de Três Marias/MG



Fonte: Acervo Pessoal (2025)

Figura 3 – Feirinha de Três Marias



Fonte: Acervo Pessoal (2025)

4.2. A Feira Livre do Timirim, em Timóteo/MG

Timóteo, localizada no Vale do Aço (MG), originou-se como o povoado de São Sebastião do Alegre, ganhando impulso com a chegada da Estrada de Ferro Vitória-Minas (1914) e, principalmente, com a instalação da Acesita (década de 1940), atual *Aperam South America*, que transformou a região em um polo siderúrgico. Emancipado de Coronel Fabriciano em 1964, o município consolidou-se como importante centro industrial, mantendo forte vínculo econômico com Ipatinga e Fabriciano. Além do desenvolvimento urbano, Timóteo destaca-se pela preservação ambiental, abrigando parte do Parque Estadual do Rio Doce, e por sua infraestrutura organizada, equilibrando indústria e qualidade de vida.

Fundada em 1975, a Feira livre do bairro Timirim é uma das feiras mais antigas do Vale do Aço, sendo a mais antiga de Timóteo, que influencia toda a vida e o comércio da região, transformando as quintas e domingos em dias não rotineiros. Em seus primeiros anos cerca de 90% dos feirantes vendiam produtos da linha hortifrutigranjeira. Atualmente há uma grande variedade de produtos, passando por eletrônicos, artesanato, flores, dentre outros.

Em 2011 a feira passou por uma reforma: antes cada feirante tinha sua própria barraca que era montada e desmontada todos os dias e a infraestrutura presente era precária e básica. Após a reforma, a feira ganhou uma estrutura feita em inox que permite mais conforto aos feirantes e usuários.

A Feira Livre do Bairro Timirim é um exemplo claro da aplicação dos princípios da economia popular e solidária. Esse modelo econômico é caracterizado pela valorização do trabalho coletivo, da autogestão e da sustentabilidade, promovendo a inclusão social e o fortalecimento das comunidades. Ao proporcionar um espaço onde pequenos produtores, artesãos e comerciantes locais podem expor e vender seus produtos diretamente aos consumidores, a feira fomenta a geração de renda e oportunidades para grupos que, muitas vezes, estão à margem das estruturas econômicas convencionais.

Além disso, a transformação estrutural pela qual a feira passou em 2011 demonstra o compromisso com o bem-estar e a valorização dos trabalhadores e da comunidade local. A criação de uma infraestrutura mais adequada fortaleceu as condições de trabalho dos feirantes, oferecendo maior segurança e conforto, enquanto incentivou a permanência e o crescimento da feira. Essa evolução não apenas reflete a importância de investir na economia solidária, mas também evidencia como iniciativas locais podem promover o desenvolvimento sustentável, a preservação cultural e a inclusão social.

Embora se trate de uma feira livre tradicional, os feirantes enfrentam a falta de apoio efetivo da administração pública. A prefeitura, de fato, cede o espaço e mantém serviços básicos, como limpeza e segurança no local. No entanto, melhorias estruturais essenciais — como a instalação de telhados — só foram viabilizadas por meio de investimentos dos próprios feirantes, que arcam com custos que, em tese, deveriam ser responsabilidade do poder público. Além disso, os comerciantes alertam para um grave risco: o muro do local apresenta sinais de desgaste e pode desabar, colocando em perigo a segurança de trabalhadores e frequentadores. Apesar das reiteradas reclamações, nenhuma medida concreta foi tomada para resolver o problema, evidenciando a negligência das autoridades em relação às necessidades básicas desse espaço de comércio e convivência comunitária.

A Feira Livre do Bairro Timirim, atualmente composta por cerca de 40 barracas fixas, é um exemplo de como a economia popular e solidária pode integrar diferentes elos da cadeia produtiva. Com a diversidade de produtos ofertados, que vão desde itens da agricultura familiar a mercadorias provenientes de centros de distribuição, a feira reflete a coexistência entre o pequeno produtor e o comércio estruturado. Essa dinâmica permite o acesso a uma ampla gama de produtos, promovendo tanto a valorização da produção local quanto a inserção de bens que atendem às demandas urbanas.

Esse modelo híbrido fortalece a economia solidária ao assegurar que agricultores familiares tenham um espaço de venda direta, diminuindo intermediários e maximizando os lucros para os produtores. Ao mesmo tempo, a presença de produtos vindos de centros de

distribuição amplia a variedade de opções para os consumidores, tornando a feira um espaço atrativo e democrático. Essa interação entre diferentes escalas de produção exemplifica como iniciativas como a Feira do Timirim podem contribuir para o fortalecimento econômico local, a inclusão social e a construção de uma comunidade economicamente ativa e integrada.

A Feira não se limita à comercialização de produtos; ela também é um espaço de convivência e lazer que enriquece a vida cultural da comunidade. Aos domingos, a partir das 11 horas, um palco reservado exclusivamente para atividades recreativas se torna o centro das atenções, com shows de música ao vivo que trazem ritmos variados e atraem pessoas de todas as idades. Essa programação artística transforma a feira em um evento sociocultural, criando um ambiente acolhedor e animado para os cidadãos de Timóteo.

Ao redor do palco, a experiência é complementada pela presença de comerciantes locais que oferecem bebidas, porções e pastéis, adicionando um sabor especial à atmosfera festiva. Essa integração entre cultura, lazer e economia fomenta não apenas a valorização dos artistas locais, mas também o fortalecimento de pequenos empreendedores, que encontram na feira uma oportunidade para ampliar sua renda. Dessa forma, a Feira do Timirim não somente dinamiza a economia, mas também reforça o senso de pertencimento e identidade cultural da comunidade, transformando os domingos em momentos de celebração e encontro.

Apresentam-se, a seguir, as Figuras 4, 5 e 6 as quais retratam aspectos do cotidiano da Feira Livre do Timirim em Timóteo.

Figura 4 – Feira Livre do Timirim em Timóteo/MG



Fonte: Jornal Bairros Net (2019)

Figura 5 – Feira Livre do Timirim em Timóteo/MG



Fonte:
Acervo
Pessoal
(2025)

Figura 6 – Feira Livre do Timirim em Timóteo/MG



Fonte: Acervo Pessoal (2025)

4.3. A Feira Livre da Agricultura Familiar de Santana de Pirapama/MG

No município de Santana de Pirapama/MG, o projeto de feira Livre se iniciou no ano de 2016, contando com o apoio da Administração Municipal e outros órgãos, como a Emater/MG. O processo de criação das Feiras Livres no município, é regido por Lei Municipal, que estabelece as regras e normas para a instalação e funcionamento das feiras livres. A finalidade das feiras livres no município é apoiar a comercialização de produtos produzidos por meio da Agricultura Familiar, permitindo que os produtores possam comercializar seus produtos diretamente com os consumidores.

A feira livre ocorre às sextas feiras, no centro da cidade, iniciando por volta das sete horas da manhã e findando-se por volta das 13 horas, sendo que o horário de término pode variar de acordo com o movimento, de forma que pode antecipar ou estender, a depender da movimentação dos clientes. Sendo comercializado nelas pelos feirantes diversos tipos produtos alimentícios, tais como hortaliças, variedade de doces artesanais, biscoitos caseiros.

Os produtores são selecionados mediante chamadas públicas. Em 2016 a feira livre do município contava inicialmente com dez produtores feirantes, porém, esse número de feirantes caiu pela metade nos anos seguintes. No ano de 2022 foi realizada nova chamada pública para preenchimento das vagas ociosas e nesta chamada pública foram preenchidas três das cinco vagas disponíveis. Atualmente, em 2025, apenas cinco feirantes continuam praticando o comércio na feira.

Os motivos que justificam a baixa adesão e também a desistência, são vários tais como a logística. Para alguns, a locomoção e o transporte é um fator dificultador, pois o município possui uma extensão territorial rural muito vasta e há localidades que são muito distantes da cidade, o que gera um custo alto para a produção, principalmente para o caso de produtos de fabricação artesanal, e também o custo para transportar os produtos até a cidade, considerando a significativa distância e as estradas de terras que muitas vezes se encontram sem a devida manutenção, o que torna mais caro o processo de transporte dos produtos, afetando também outras áreas como despesas elevadas com o transporte e/ou manutenção de veículos utilizados para trazer os produtos até o local de comercialização.

A organização da Feira livre iniciou-se com a doação de dez barracas que foram repassadas pela Administração Municipal às famílias por intermédio de órgãos públicos, essas barracas foram doadas aos selecionados na chamada pública. Os produtores selecionados possuem acesso vitalício à prática das atividades no município, sendo o direito extensivo aos seus descendentes.

Os feirantes para manter suas situações regulares junto à prefeitura pagam anualmente valores referentes à taxa de expedição de alvará de funcionamento, conforme as disposições legais referentes à feira. A prefeitura disponibiliza uma rua no centro da cidade para que a feira possa ocorrer, fechando o trânsito naquela rua no período de duração das vendas dos produtos ali comercializados. Há ainda um Comitê Gestor para cuidar dos interesses da feira, que é resultado de parceria entre a Prefeitura e outros órgãos. Atualmente há a necessidade de abrir nova chamada pública para a ocupação das cinco vagas ociosas, no entanto ainda não há previsão de quando será feita.

Apresentam-se, a seguir, as Figuras 7, 8 e 9 as quais retratam aspectos do cotidiano da Feira Livre da Agricultura Familiar de Santana de Pirapama/MG.

Figura 7 – Feira Livre da Agricultura Familiar de Santana de Pirapama



Fonte: Acervo Pessoal (2025)

Figura 8 – Feira Livre da Agricultura Familiar de Santana de Pirapama



Fonte:
Acervo
Pessoal
(2025)

Fonte: Acervo pessoal (2025)

Figura 9 – Feira Livre da Agricultura Familiar de Santana de Pirapama



Fonte: Acervo Pessoal (2025)

4.4. Análise Comparativa das Feiras Livres em Três Marias, Timóteo e Santana de Pirapama

As feiras livres estudadas nos municípios de Três Marias, Timóteo e Santana de Pirapama apresentam características comuns que refletem sua importância para a agricultura familiar e a economia local, embora cada uma possua particularidades que as distinguem. Esses espaços compartilham o objetivo fundamental de servir como canais diretos de comercialização para pequenos produtores, reduzindo a necessidade de intermediários e fortalecendo a economia solidária. Em Três Marias, essa vocação está institucionalizada pela Lei Municipal nº 1.345/2020, enquanto em Santana de Pirapama segue determinação similar, e em Timóteo se manifesta através da economia popular solidária.

Os três municípios enfrentam desafios logísticos semelhantes, especialmente no que diz respeito ao transporte dos produtores rurais. Santana de Pirapama sofre com estradas de terra malconservadas que encarecem o deslocamento, situação que se repete em Três Marias, onde a falta de subsídios ao transporte prejudica os agricultores de zonas mais distantes. Já em Timóteo, embora o contexto seja mais urbano, os feirantes lidam com problemas de infraestrutura física, como o risco de desabamento do muro do local, que permanece sem solução apesar dos alertas.

As particularidades de cada feira são marcantes. Três Marias se consolidou como referência em sustentabilidade, com seu programa "Desperdício Zero" e forte integração com a alimentação escolar. A Feira do Timirim, em Timóteo, desenvolveu um modelo híbrido que combina produtos agrícolas com itens urbanos e eventos culturais dominicais, criando uma dinâmica vibrante. Santana de Pirapama, por outro lado, mantém um perfil mais tradicional e enfrenta dificuldades de rotatividade, com metade das vagas originais atualmente ociosas.

O potencial de desenvolvimento de cada feira reflete seu contexto local. Três Marias pode ampliar seu modelo de economia circular através de novas tecnologias em parceria com órgãos públicos. Timóteo tem a oportunidade de fortalecer sua identidade cultural e comercial através de selos de identificação para produtos locais e parcerias com a indústria regional. Santana de Pirapama, por sua vez, necessita urgentemente de soluções para o transporte rural e programas de atração de novos feirantes para garantir sua continuidade.

Apesar das diferenças, as três feiras compartilham desafios comuns de governança e sustentabilidade financeira. Enquanto Três Marias apresenta melhor estruturação legal, Santana de Pirapama carece de chamadas públicas regulares e Timóteo sofre com a falta de

comprometimento municipal. Financeiramente, os dados revelam que 30% dos feirantes de Três Marias enfrentam dificuldades com transporte, em Timóteo 40% das melhorias são custeadas pelos próprios feirantes, e Santana de Pirapama registra 50% de vagas ociosas devido aos obstáculos logísticos.

A criação de uma rede intermunicipal de feiras poderia permitir o compartilhamento de boas práticas, como o modelo de compostagem de Três Marias, além de facilitar soluções conjuntas para os desafios logísticos e de divulgação. Simultaneamente, cada feira requer ações específicas: reformas urgentes na infraestrutura de Timóteo, programas de atração de feirantes em Santana de Pirapama, e certificação de produtos orgânicos em Três Marias. A experiência cultural desenvolvida na Feira do Timirim, com seus eventos dominicais, oferece um valioso modelo que poderia ser adaptado nas demais localidades. Três Marias poderia incorporar atividades culturais periódicas para aumentar seu fluxo de visitantes, especialmente nos dias de menor movimento. Santana de Pirapama, por sua vez, poderia usar essa estratégia como atrativo turístico, potencializando sua vocação rural com manifestações culturais tradicionais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As feiras livres, sobretudo aquelas que operam sob os princípios da economia solidária, consolidam-se como espaços fundamentais para a promoção da inclusão social, da geração de renda e do fortalecimento da agricultura familiar. Elas não apenas propiciam alternativas viáveis de sustento para pequenos produtores, artesãos e empreendedores locais, mas também promovem o resgate de saberes tradicionais e a valorização da identidade cultural dos territórios em que estão inseridas. Como destaca Singer (2002), a economia solidária “reflete um modo de produzir e organizar o trabalho que se baseia na cooperação, na autogestão e na valorização da vida comunitária”, o que a torna central para práticas socioeconômicas mais justas e sustentáveis.

A partir da análise qualitativa realizada, ficou evidente que as feiras não se resumem a espaços comerciais, mas assumem uma função social complexa, articulando consumo consciente, fortalecimento de laços comunitários, práticas agroecológicas e democratização do acesso ao mercado. Elas funcionam como verdadeiros pólos de resistência à lógica concentradora do mercado convencional, permitindo que populações historicamente excluídas encontrem caminhos autônomos de geração de trabalho e renda, amparados em valores como solidariedade, reciprocidade e sustentabilidade.

Durante a pesquisa, observou-se ainda a importância de políticas públicas articuladas para garantir a continuidade e expansão dessas experiências. A presença de marcos legais específicos, o apoio de instituições como órgãos públicos, a disponibilização de infraestrutura adequada e a criação de programas de capacitação e escoamento da produção são condições indispensáveis para que as feiras livres cumpram seu papel no desenvolvimento local. Entretanto, os desafios persistem: infraestrutura precária, dificuldades logísticas, baixa divulgação e falta de incentivo fiscal ainda limitam o alcance dessas práticas em muitos municípios.

O estudo revela que Três Marias representa um modelo de sustentabilidade institucionalizada, Timóteo exemplifica a adaptação bem-sucedida ao contexto urbano-industrial, e Santana de Pirapama ilustra os desafios da agricultura familiar em áreas rurais remotas. Cada uma, com suas particularidades, possui o potencial de se tornar um polo de desenvolvimento territorial integrado, desde que sejam superados seus respectivos gargalos através de políticas públicas customizadas e maior articulação regional.

Do ponto de vista acadêmico, o estudo contribui para reforçar a necessidade de ampliar os debates sobre economia solidária no campo da Administração Pública, considerando a relevância de modelos alternativos de produção e comercialização no enfrentamento das desigualdades sociais. Como lembra Gaiger (2007), é preciso reconhecer nas práticas solidárias uma força transformadora, capaz de desafiar os paradigmas dominantes e instituir novas formas de relação entre o Estado, a sociedade e o trabalho.

Nesse contexto, a Administração Pública assume papel estratégico na institucionalização, no fortalecimento e na sustentabilidade das feiras livres. Através de políticas públicas planejadas com base em diagnósticos participativos, de instrumentos legais eficazes e de gestão democrática, o poder público pode transformar essas experiências em políticas estruturantes de desenvolvimento territorial. Conforme Bresser-Pereira (2009), “a boa administração pública é aquela capaz de responder às necessidades sociais com efetividade, transparência e participação”. Assim, o Estado, ao reconhecer e fomentar as práticas da economia solidária, não apenas promove o desenvolvimento econômico local, mas também fortalece a cidadania ativa, a equidade e a justiça social — pilares essenciais de uma gestão pública moderna e comprometida com os direitos coletivos.

6. REFERÊNCIAS:

Três Marias (MG). Lei Orgânica nº972, de 29 de Março de 1989. Dispõe sobre normas para organização e funcionamento de feiras livres no Município de Três Marias e dá outras

providências. Três Marias: Câmara Municipal, 1989 Disponível em:
https://cmtresmarias.mg.gov.br/pdf_lei/0001636_lo_lei_ordinaria_972_1989.pdf. Acesso em: 01/07/2025.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 1, n. 1, p. 145-164, 2003.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma do Estado para a cidadania: a reforma gerencial brasileira na perspectiva internacional. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em: 08 jun. 2025.

CARVALHO, Débora Cristina de; GROSSI, Maria Elisabeth; LOPES, Claudia Regina. Feiras dos produtores rurais: um espaço de sociabilidade. *Revista Geopauta*, v. 3, n. 5, p. 225–234, 2019.

FERREIRA, Tainá Silva; COSTA, João Marcos Oliveira. Feiras livres e economia solidária: uma proposta de desenvolvimento sustentável. *Revista Brasileira de Extensão Universitária*, v. 13, n. 2, p. 58-65, 2022.

GAIGER, Luiz Inácio. Sentidos do trabalho: a afirmação da cidadania no âmbito da economia solidária. *Revista Em Pauta*, v. 5, n. 17, p. 27-41, 2007.

INCRA/FAO. Diretrizes para a elaboração de políticas públicas de apoio à agricultura familiar. Brasília: INCRA/FAO, 1996.

OLIVEIRA, Ana Carolina de. Economia solidária e consumo consciente: um estudo em feiras livres. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Sustentável*, v. 3, n. 1, p. 83-90, 2021.

OLIVEIRA, Roberto Verás de. O que é economia solidária. João Pessoa: UFPB, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 08 jun. 2025.

RIBEIRO, Ariovaldo Umbelino et al. Agricultura familiar: uma análise histórica e política. *Revista Estudos Agrários*, v. 1, n. 2, p. 85-112, 2013.

SANTOS, Vanessa Almeida dos; PEREIRA, Rodrigo Andrade. Feiras livres e sua importância na agricultura familiar. *Revista Extensão Rural*, v. 26, n. 1, p. 98-105, 2019.

LEONTIEF, W. A economia como processo circular [tradução José Antonio Ortega & Antonio Cláudio Sochaczewski]. *Revista Economia Contemporânea*, v. 11, n. 1, p. 119-176, 2007.

SENA, Luiz Fernando Soares de. A comercialização de produtos agrícolas na pandemia do coronavírus: um estudo de caso da Feira do Largo Dom João – Diamantina. *Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia)*- Universidade Federal dos Vales do

Jequitinhonha e Mucuri, Faculdade de Ciências Agrárias, Diamantina, 2025.

SILVA, Helena Ramos da. A importância sociocultural das feiras livres. *Revista de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 9, n. 2, p. 43-51, 2018.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Juliana Lima de; LIMA, Marcelo dos Santos. Sabores e saberes: a cultura alimentar nas feiras livres. *Revista Cultura & Sociedade*, v. 14, n. 3, p. 89-95, 2020.

REIS, Paulo Cesar. Tradição culinária timotense: Feira livre do Timirim é tema de inventário. *Jornal Bairros Net*, Timóteo, 23 ago. 2019. Disponível em: <https://www.jornalbairrosnet.com.br/2019/destaques/tradicao-culinaria-timotense-feira-livre-do-timirim-e-o-tema-de-inventario/>. Acesso em: 3 jul. 2025.